Associação dos Engenheiros da Petrobrás
aepet NOTÍCIAS
Rio de Janeiro - Ano XXXVII - 18-06-01 / Nº 221

Impresso

FUNDAÇÃO PETROS

Assembléia recomenda permanência no plano BD

"O atual plano BD é um sistema solidário, pois a patrocinadora tem compromisso com os participantes. Já no plano CD, a responsabilidade pelos resultados dos investimentos é tranferida totalmente para o participante. Se houver lucro, o participante recebe apenas o INPC. Se houver prejuízo, ele terá que arcar com o ônus total. Logo uma aposentadoria menor"

A Assembléia Geral Extraordinária (AGE), realizada pela AEPET no último dia 8 de junho, decidiu implementar uma ampla campanha de mobilização em conjunto com o Comitê em Defesa dos Participantes da Petros e com a Federação Única dos Petroleiros (FUP) , no sentido de conscientizar os participantes sobre as desvantagens de migrarem do plano de Benefício Definido (BD), que é um plano de previdência privada solidário, para o de Contribuição Definida (CD), individualista e sujeito à especulação do mercado. Os participantes têm até o fim de agosto para decidir se vão trocar de plano.

Durante a AGE, os participantes assistiram uma ampla exposição sobre as mudanças introduzidas no Sistema de Previdência Privada Complementar e sobre o desempenho da Petros, através de um histórico desde a sua fundação até as últimas medidas da Secretaria de Previdência Complementar (SPC). Para o advogado Luiz Antonio Maia, que assessora a FUP no encaminhamento dessas questões, o mais importante hoje seria sanear o plano BD do que migrar para o plano CD.

"O atual plano BD é um sistema solidário porque a patrocinadora tem o compromisso com os participantes. Já no plano CD, a responsabilidade pelos resultados dos investimentos é transferida totalmente para o participante. Se houver lucro, o participante recebe apenas o INPC, mas se houver prejuízo, ele é que terá que arcar com o ônus total. Logo, uma aposentadoria menor. O CD é bom apenas para quem gosta de apostar no sistema financeiro. Para quem prefere a segurança, o BD é o mais adequado", revelou Luiz Antonio Maia.

O curador da Petros, Paulo César Martin, contou que esta não é a primeira vez que a empresa realiza um processo deste tipo. Em 1970, quando da fundação da Petros, a Petrobrás, à época comandada pela ditadura, incentivou a opção pelo novo fundo, o que levou o atual passivo da companhia com a Petros. Antes, havia uma suplementação de aposentadoria paga pela companhia que foi substituída pela criação da Petros. Nesta alteração, o fundo de pensão não recebeu o aporte de recursos da Petrobrás correspondente aos empregados pré-existentes. A Petros ficou com um déficit do serviço passado (1970-1980) e perdeu a capacidade de ser um fundo superavitário porque desprezou os primeiros 15 anos, o melhor tempo para capitalizar.

"Hoje, a diretoria da Petrobrás tem maioria no Conselho Curador e, mesmo que haja a paridade prevista na lei, resta ainda à Petros o voto de qualidade. Por isso, a mobilização é muito importante porque temos que conseguir que a maioria não migre para o novo plano."

"Como havia diferença nas datas de cada um para se aposentar, era necessário que a empresa entrasse com o dinheiro para cobrir este déficit, o que não ocorreu. Esses recursos acabaram vindo das contribuições de quem estava ingressando no plano, dinheiro este que deveria ter ficado investido, gerando retorno para bancar as aposentadorias dos novos participantes, em vez de pagar as aposentadorias de quem já estava com tempo para se aposentar" disse Paulo César.

O advogado Luiz Antonio Maia chamou a atenção para a má gerência da Petros nos últimos anos, que pode se repetir já que os participantes não têm voz nas decisões. Entre os prejuízos da Petros, ele citou o caso da venda de ações da Copesul pelo fundo de pensão. A Petros comprou, em 1990, as ações por US$ 59 milhões e vendeu por US$ 50 milhões dez anos depois. Segundo Maia, no mínimo estes US$ 59 milhões deveriam ter rendido a 6% ao ano. Ele alertou também que a privatização em alguns setores da Petrobrás é mais uma preocupação para os participantes que optarem pelo sistema CD, porque a Petros deixa de receber a contribuição dos empregados da empresa privatizada. Desta forma, os participantes é que terão que pagar este ônus, já que o empregador não tem obrigação no plano CD.

Maia explicou que ações já existem na justiça para a manutenção do sistema BD, mas como há lentidão na esfera judicial, o mais prudente hoje é a mobilização para impedir a migração para o novo plano. A mesma opinião tem Paulo César Martin. Segundo ele, se a maioria dos participantes não aderir ao novo plano, a direção da Petros será obrigada a rever esta outra modalidade e negociar com os participantes.

"Sem este tipo de pressão, a patrocinadora irá impor o plano CD aos participantes, transferindo para eles todo os riscos das especulações financeiras. E isto significa que não conseguiremos mudanças necessárias no plano Petros, como uma maior participação dos associados na decisão sobre o tipo de investimento que está sendo feito, entre outros ajustes. Hoje, a diretoria da Petrobrás tem maioria no Conselho Curador da Petros e, mesmo que haja a paridade prevista na lei, resta ainda à Petros o voto de qualidade. Por isso, a mobilização é muito importante porque temos que conseguir que a maioria não migre para o novo plano", disse Paulo César.

Ele disse que a união é muito importante porque a diretoria da Petros ainda pode tentar pressionar os participantes com o aumento da contribuição. Para Paulo César, o mais importante hoje é que a mobilização não cesse e que cada um possa entrar com um amigo para conscientizá-lo sobre o que é o plano CD, no qual o patrocinador não tem qualquer vínculo com a rentabilidade do fundo.

Para facilitar a tomada de decisão e o entendimento das desvantagens da migração para o novo plano de previdência, a AEPET está preparando a edição de um livreto com todas as principais dúvidas dos participantes da Petros, levantadas durante a Assembléia Geral. O objetivo é esclarecer a categoria com base em informações técnicas e opiniões dos especialistas que estão assessorando a FUP na análise das mudanças no Plano de Previdência dos empregados da Petrobrás.

Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Av. Nilo Peçanha, 50 - grupo 2409 - Centro - Rio de Janeiro/RJ - Cep: 20044-900
Tel: (21) 533-1110 - Fax: (21) 533-2134. correio eletrônico: aepet2@ax.apc.org / Página na internet: www.aepet.org.br (em reestruturação)
Editado pela Assessoria de Comunicação
Permitida a reprodução da íntegra dos textos, desde que citada a fonte